



MARACANAÚ-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ – CEARÁ

Agente Fiscalizador de
Trânsito e Transporte

**EDITAL Nº 011/2023, DE 25 DE MAIO
DE 2023**

CÓD: SL-043JL-23
7908433238478

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.....	7
2. Estruturação do texto e dos parágrafos.....	8
3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Equivalência e transformação de estruturas.....	9
4. Significação contextual de palavras e expressões.....	10
5. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	10
6. Emprego de tempos e modos verbais.Flexão nominal e verbal.....	13
7. Pontuação.....	18
8. Estrutura e formação de palavras.....	20
9. Funções das classes de palavras.....	22
10. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	30
11. Concordância nominal e verbal.....	31
12. Regência nominal e verbal.....	32
13. Ortografia oficial.....	34
14. Acentuação gráfica.....	35

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;.....	45
2. dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	49
3. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	56
4. Operações com conjuntos.....	59
5. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	61

Noções de Informática

1. Hardware: Dispositivos de Armazenamento, Memórias e Periféricos.....	67
2. Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos.....	69
3. Editor de Textos: LibreOffice/Apache OpenOffice – Writer: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	90
4. Planilhas Eletrônicas: LibreOffice/Apache OpenOffice – Calc: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.....	93
5. Correio Eletrônico - ThunderBird/Webmail: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.....	96
6. Ferramentas de Comunicações e Reuniões On-line: Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, Google Hangout.....	98
7. Internet: Intranet, Extranet, Protocolo e Serviço, Sítios de Busca e Pesquisa na internet, nuvem e redes sociais. Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	108

ÍNDICE

8. Navegadores - Mozilla Firefox/Google Chrome	111
9. Redes sociais.	127
10. Tecnologia da informação e segurança de dados.	129
11. Segurança da Informação: Princípios de Segurança, Confidencialidade e Assinatura digital, Procedimentos de Segurança e Backup,	129
12. Ferramentas de Segurança (antivírus e firewalls), Malwares, Ataques.....	131
13. Extensão e Arquivos.....	134

Legislação municipal e federal inerente ao cargo

1. Leis Municipais: Lei nº 571, de 04 de dezembro de 1997 e alterações.....	139
2. Lei nº 1.531, de 11 de fevereiro de 2010 alterada pela Lei Ordinária nº 1.769, de 16 de dezembro de 2011	140
3. Lei nº 1.893, de 02 de outubro de 2012, alterada pela Lei Ordinária nº 2.244, de 24 de setembro de 2014, e pela Lei Ordinária nº 2.942, de 16 de julho de 2020.....	141
4. Lei nº 2.945, de 29 de julho de 2020, alterada pela Lei Ordinária nº 3.198, de 07 de junho de 2022.....	144
5. Lei Federal nº 9.503/97 (que institui o Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, com as devidas alterações)	145
6. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e suas alterações.....	196

Conhecimentos Específicos

1. Código de trânsito brasileiro; Composição e competência do sistema nacional de trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Pedestre e condutores de veículos não motorizados; Do cidadão; Educação para trânsito; sinalização de trânsito; Engenharia de tráfego; Da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito; Dos veículos: disposições gerais, segurança dos veículos, identificação dos veículos, veículos de circulação internacional, registro de veículos, licenciamento, condução de escolares; Habilitação; Infração; Penalidades; Medidas administrativas; Processos administrativos: autuação, julgamento das autuações e penalidades; Crimes de trânsito: disposições gerais, crimes em espécie	289
2. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito.....	289
3. Portarias do DENATRAN	289
4. Noções de Direito Constitucional: Arts. 1º ao 5º e Arts. 37 ao 41, da Constituição Federal de 1988.....	289
5. Noções de Direito Administrativo: Poderes da Administração Pública.....	300
6. Noções de Direito Penal: Dos Crimes contra a Administração Pública (Arts. 312 ao 337-A do Código Penal)	302
7. Dos Crimes contra o patrimônio (Arts. 155 ao 183 do Código Penal).....	308

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS.

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Art. 12 - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado, impõe a remuneração do serviço e importa na permanente fiscalização pelo Poder Público.

Art. 13 - Os serviços de transporte público de passageiros em veículo automotor tipo Kombi Topics e similares, através da modalidade de lotação, quando explorado por particulares mediante delegação do Poder Público Municipal, obrigatoriamente será explorado por pessoas treinadas para este fim.

Art. 14 - (VETADO)

Art. 15, caput- (VETADO)

§ 1º - (VETADO)

§ 2º - (VETADO)

Art. 16 - Os veículos destinados aos serviços de Transporte Alternativo deverão atender às exigências fixadas neste artigo:

I-(VETADO)

II - deverão, impreterivelmente estarem emplacados no Município de Maracanaú;

III - terão obrigatoriamente que ser licenciados pelo órgão oficial (DETRAN) como veículo de aluguel e terem placas vermelhas, além de dispor das seguintes condições:

a) bancos estofados para no mínimo 08 (oito) passageiros;

b) Cintos de segurança;

c) extintor de incêndio extra;

d) controle de velocidade permitindo circular com a velocidade máxima de 60 Km/h;

e) ter afixado em lugar visível aos passageiros tabela com horários da linha;

f) ter distintivos de forma a facilitar o reconhecimento pelos usuários e pela fiscalização.

IV - Deverão, os veículos, possuir no máximo 05 anos de fabricação.

Art. 17 - Ao pessoal de operação do serviço de transporte alternativo compete:

I - usar obrigatoriamente calças compridas, camisa, sapatos ou botas;

II - ter habilitação categoria "D" com a comprovação de um curso de direção defensiva;

III- possuir no mínimo 21 anos de idade;

IV - (VETADO)

Art. 18 - Passageiro, para efeito desta Lei, é a pessoa a ser conduzida em veículo pelo serviço de Transporte Alternativo .

Art. 19, Caput- (VETADO)

§ 1º. - (VETADO)

§ 2º. - (VETADO)

Art. 20 - O Poder Público deverá assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços delegados e fiscalizar as condições indispensáveis a prestação de serviço adequado pela concessionária ou penms1onária.

Art. 21 - O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços será assegurado mediante:

I - tarifa justa, revista periodicamente;

II - não imposição de obrigações acessórias sem cobertura de custo do executante;

III - não instituição de serviços deficitários, sem compensação econômica.

Art. 22 - O Poder Público, através do órgão gestor e após parecer do COTRAN poderá proceder ao cálculo, parâmetros e coeficientes técnicos em função das peculiaridades do sistema do transporte do Município.

Parágrafo Único - As planilhas de custos serão submetidas a estudo para a verificação da viabilidade de atualização tarifária, sempre que se julgue necessário.

Art. 23 - Para realização do processo licitatório para a concessão do serviço de Transporte Público Alternativo, a Prefeitura Municipal, definirá as linhas de circulação entre os bairros, bem como suas distâncias, que serão objeto desse processo de forma a complementar o Transporte Coletivo Convencional no que tange a percursos e horários.

Parágrafo Único - (VETADO)

Art. 24, caput - (VETADO)

§ 1º - (VETADO)

§ 2º- (VETADO)

Art. 25 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da sua publicação, disciplinando o funcionamento do sistema.

Art. 26 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO QUATRO DE JULHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, em 04 de dezembro de 1997.

LEI Nº 1.531, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010 ALTERADA PELA LEI ORDINÁRIA Nº 1.769, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

LEI Nº 1.531, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011.

INSTITUI O SERVIÇO ESPECIAL DO TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL (TÁXIS ADAPTADOS).

Faço saber que a Câmara de Maracanaú aprovou e eu, Prefeito de Maracanaú, nos termos do Artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. Fica instituído, no Município de Maracanaú, o serviço especial de transporte individual em veículos de aluguel (táxis adaptados), para atender às exigências de deslocamentos das pessoas com deficiência física, temporárias ou permanentes e com restrições de mobilidade (idosos, gestantes, e os demais) em consonância com a legislação vigente.

Art. 2º. Para o transporte de passageiros com deficiência, os veículos deverão estar adaptados com rampa, contendo fixador de cadeira de rodas, ou com plataforma elevatória na extremidade traseira ou lateral, dentre outra tecnologia a ser regulamentada pelo Poder Executivo, ademais das seguintes características uniformizadoras:

I - identificação, mediante afixação de adesivo com o símbolo internacional de acesso conforme NBR 9050;

II - padronização cromática externa;

III os veículos deverão ter capacidade para transportar até 02 (dois) acompanhantes, além do Motorista.

Art. 3º. O serviço de táxis adaptados, de que trata esta Lei será remunerado pelo usuário com base na tarifa para o serviço de táxi convencional.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição* – Rio de Janeiro: Elsevier.

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecutoratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

• **Direitos Fundamentais de Primeira Geração**

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

• **Direitos Fundamentais de Segunda Geração**

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

• **Direitos Fundamentais de Terceira Geração**

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;